

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018.

Data e Local: 08 de maio de 2018, às 9 horas, na Sala de Reuniões da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A..

Presentes: Os Conselheiros ao final desta Ata nominados e convidados.

Ausentes: Os Conselheiros ausentes justificaram suas faltas.

Convidados: João Kato - Técnico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários /ANTAQ e Fábio Moya Diez, representando o Porto de Itapoá.

1. COMPARECIMENTO – VERIFICAÇÃO DO QUORUM E ABERTURA DA REUNIÃO:

Constatado quórum, o Presidente do CAP do Porto de São Francisco do Sul, Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, iniciou a reunião cumprimentando os Conselheiros e convidados presentes.

1.1. ASSINATURA DO TERMO DE POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS

Foi assinado o termo de posse do Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, recentemente nomeado através da Portaria nº 137, datada de 23 de fevereiro de 2018, como Conselheiro Titular da SNP – Secretaria Nacional de Portos da Presidência da República.

2. APRESENTAÇÃO – MEMBROS PRESENTES:

O Presidente do CAP do Porto de São Francisco do Sul, Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, deu as boas-vindas a todos os presentes, observando a não necessidade de apresentações, haja vista que todos já se conhecem.

3. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

3.1. OFÍCIOS E OUTROS DOCUMENTOS RECEBIDOS PELO CAP

O Presidente do CAP, Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, fez uma explanação sobre cada um dos ofícios recebidos pelo Conselho, relacionados à indicação de representantes para fazer parte do Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., sendo o primeiro Ofício enviado pela Secretaria Nacional de Portos, indicando o Senhor Rossano Reolon; o segundo Ofício indicando o Senhor Almir Wagner, como titular e o Senhor Eduardo Souza Senna, como suplente, para serem os representantes da Classe trabalhadora e dois e-mails com a indicação da Doutora Cilene Bonikoski para ser representante da Classe Empresarial, observando que não houve indicação de Suplente para a referida indicação da Classe Empresarial. Foi recebido também outras duas solicitações, na forma de Ofícios, dos representantes da Classe Trabalhadora do CAP do Porto de São Francisco do Sul, onde uma das solicitações, em forma de Ofício, seria o pedido de autorização para que os servidores da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., Senhores Reinaldo Manoel dos Santos Junior e Cleiton Ristow, participassem da Reunião na condição de ouvintes. Solicitação que foi acatada por todos democraticamente. E o outro pedido, também em forma de Ofício, seria a participação dos indicados a serem membros do Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., Senhores Almir Wagner e Eduardo Souza Senna a terem direito de manifestação na referida reunião, porém, foi sugerido

pelo Presidente do CAP e com a concordância de todos, que as manifestações fossem feitas no espaço de assuntos gerais, ao fim da reunião ou até mesmo quando da efetivação da nomeação dos mesmos, como membros do Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. . O Presidente do CAP também questionou ao representante da Classe trabalhadora, Senhor Getulio Aprigio da Silva, se ele tinha alguma objeção, mas o mesmo manifestou-se solidário ao que o Presidente do CAP expôs. A seguir, o Sr. José Ruschel deixou bem claro a todos os presentes que no momento atual estava sendo feito apenas a indicação dos nomes para a submissão do Conselho de Administração da SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A., e que deverão ser analisadas todas as condicionantes que são necessárias ao cargo e que seria mais produtivo os referidos indicados fazerem uso da palavra após a sua efetivação como Conselheiros, porém, reiterou que de qualquer forma, no fim da reunião, no espaço dos assuntos gerais, os Senhores Almir e Eduardo poderiam se manifestar.

Ato contínuo, os ofícios e demais documentos recebidos são entregues à Secretária do CAP e arquivados em pasta própria.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CAP/PSFS/2018:

O Presidente do CAP do Porto de São Francisco do Sul, Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, pediu desculpas por não ter disponibilizado a minuta da ATA aos conselheiros e conselheiras com maior antecedência, mas houveram problemas técnicos na área de informática na Secretaria Nacional de Portos que não permitiram o recebimento, a leitura e análise do conteúdo da referida ATA com maior brevidade. A seguir, o Presidente do CAP perguntou a todos os presentes se haviam contestações ou acréscimo de dados a serem feitos na ATA da 1ª Reunião Extraordinária. O Senhor José Nolasco – representante da Classe Empresarial, manifestou a necessidade de serem feitas algumas correções a fala dele e do SINPOSF na referida ATA, expondo que na segunda linha do item 4.1 sobre a Derrocagem da Laje do Barata e Licenciamento Ambiental, onde se lê *“estava incluído nos projetos futuros a derrocagem da Laje do Barata e a derrocagem da ponta da pedra existente entre os berços 101/102”*, **leia-se** *“além da derrocagem da Laje do Barata, a derrocagem da ponta da pedra existente entre os berços 101/102, que considera mais urgente e premente”*, reiterando que não houve questionamento sobre a Laje do Barata. Observou também, que na página seguinte, quando trata-se do assunto da Licença Ambiental do Porto, principalmente da Licença do Berço 401, cujo vencimento estaria previsto para o mês de maio desse ano, observou que não constou da referida ATA a fala do Senhor Renato Gama Lobo, onde o mesmo manifestou-se confirmando que o licenciamento do 401 terminaria em maio de 2018. A seguir, o Presidente do CAP expos aos presentes que a Secretária do CAP estaria providenciando as retificações e ao fim da atual reunião do CAP, a ATA estaria à disposição de todos para leitura e assinatura.

5. NOVA DIRETORIA DA SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A.:

O Presidente do CAP comunicou a alteração da ordem da pauta, tendo em vista que o novo Presidente da SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A., Sr. José João Tavares, chegaria à São Francisco do Sul próximo às 11:00h. O Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., Senhor Luis Furtado, complementou expondo que o Sr. Gabriel Ribeiro Vieira foi substituído, no final do mês de abril, pelo Sr. José João Tavares.

6. INDICAÇÕES

6.1 Indicação pelo CAP do Porto de São Francisco do Sul, de um membro representante da classe trabalhadora e um membro representante da classe empresarial, para compor o Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.:

O Presidente do CAP passou a palavra primeiramente ao Senhor Getulio Aprigio da Silva, Conselheiro Titular do Bloco dos Trabalhadores, o mesmo explicou que devido a mudança da Gestão do Porto de São Francisco do Sul, haveria a necessidade de um representante da Classe dos trabalhadores para compor o Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., então houve uma primeira indicação de dois servidores, baseada no perfil dos mesmos, mas devido a sugestão dos outros servidores do Porto, houve uma eleição, onde o representante anteriormente indicado, foi o mesmo que ganhou com a maioria dos votos e foi eleito também um suplente. O Senhor Getúlio agradeceu o envolvimento de todos, desejando que o Porto cresça e que os trabalhadores sejam vistos de uma forma diferente, obtendo as necessárias melhorias e também expressou que os representantes da classe trabalhadora procurem se aplicar nessa função e procurem um maior entendimento sobre todos os aspectos, buscando cada vez mais a melhoria do CAP do Porto de São Francisco do Sul. O Sr. Getúlio agradeceu o apoio da Classe Trabalhadora – Bloco 3, representantes dos trabalhadores avulsos e ao Sr. Sandro da CIDASC, destacando o trabalho em conjunto de seis anos de acompanhamento às reuniões do CAP do Porto de São Francisco do Sul. Ele também dirigiu-se ao Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. - Sr. Luis Furtado, reiterando o pedido de procurar sempre ter um olhar voltado aos servidores do Porto. O Presidente do CAP - Sr. José Ricardo Ruschei dos Santos, confirmou então os nomes dos indicados da Classe trabalhadora: Sr. Almir Wagner como titular e Sr. Eduardo Souza Senna como suplente. A seguir o Presidente do CAP explanou sobre a indicação da Classe Empresarial, onde destacou a presença Sr. José Nolasco, representante dos Operadores Portuários, indicado pelo SINPOSF e do Sr. João Ricardo Chaves, representante dos Usuários, indicado pela Associação Comercial de São Francisco do Sul, observando que houve a indicação da Doutora Cilene Bonikoski, para compor o Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., porém a referida indicação não continha a manifestação do Sr. Bruno Konishi e do Sr. Luiz Sérgio Moura Albino, apenas houve a indicação de dois dos quatro representantes da Classe Empresarial. O Sr. José Nolasco solicitou a palavra e explicou que pelo SINPOSF foi realizada uma eleição democrática e foi indicado o nome da Dra. Cilene, que encontrava-se presente na reunião. O Sr. José Nolasco observou que as outras entidades empresariais precisariam se manifestar, assim como o SINPOSF. O Presidente do CAP observou então

que os demais membros da Classe Empresarial deveriam se manifestar naquele momento. Houve a manifestação do Sr. Luiz Sérgio Moura Albino da ABTRA, favorável a indicação da Dra. Cilene, efetivando assim a indicação da mesma, pois houve a manifestação de três dos quatro representantes da Classe Empresarial. O Presidente do CAP informou que houve também a indicação para nomeação de representante da Secretaria Nacional de Portos, do Sr. Rossano Reolon – Diretor de Planejamento e Logística e Patrimônio Imobiliário da Secretaria Nacional de Portos, explicando que o CAP submeterá os nomes de todos à SC Participações e Parcerias S.A., para análise e posterior retorno ao CAP. O Sr. José Ruschel fez um questionamento sobre a indicação de Suplente da Classe Empresarial, pois não houve a referida indicação, então do Sr. José Nolasco explicou que entenderam não haver a necessidade de indicação de um suplente, observando ter sido uma falha nessa questão, mas que seria feita a referida indicação. O Presidente do CAP solicitou que fosse encaminhada a indicação do Suplente da Classe Empresarial, ao CAP do Porto de São Francisco do Sul, via correspondência, preferencialmente na semana seguinte, com todas as assinaturas dos membros titulares, para que seja enviado as indicações com a equipe completa para a análise da SC Participações e Parcerias S.A. em Florianópolis.

7. Situação da correia transportadora de grãos

O Sr. Luis Henrique Furtado, Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., deu as Boas Vindas a todos e iniciou sua apresentação, expondo que no dia 11 de março de por volta das 10h45min, durante o embarque de soja em grãos no navio M/V MASTER, a estrutura da galeria da FT-15B (uma das correias do corredor de exportação) cedeu, e por coincidência o Sr. Luis destacou que estava nas dependências do Porto naquele momento e devido à ocorrência, em consenso com a CIDASC foi decidido pela imediata paralisação do embarque para não correr o risco da correia 15A ceder ou haver dano maior. No dia seguinte o Sr. Luis criou um Grupo de Trabalho, formado pela TERLOGS, BUNGE e CIDASC, para que junto aos engenheiros desses Terminais fosse formado um escopo de trabalho, sem medidas paliativas que em um ou dois meses acarretasse problemas maiores ou persistisse o atual. Sendo assim, em consenso com todos os envolvidos no referido Grupo de Trabalho houve a paralisação dos embarques totalmente “100%”, impactando não só em São Francisco do Sul, mas em toda cadeia de soja do Sul do Brasil, porém observou que a CIDASC atuou rapidamente, tomando todas as atitudes necessárias, como, por exemplo solicitando a intervenção do seu Presidente, para que esse problema fosse o mais rápido possível sanado. O Sr. Luis Furtado destacou que diferente da Empresa Privada a Empresa Pública tem uma série de regras a seguir para fazer um serviço de “emergência”, salientando que posteriormente, na reunião, o Sr. Sandro que pertence à Comissão de Licitação da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., faria uma explanação sobre a diferença entre “urgente e emergente”. Continuando, o Sr. Luis expos que o Grupo de Trabalho solicitou a presença da TMSA - Tecno Moageria, que construiu a estrutura na época, e que possui hoje o maior *know how* na parte de correias e equipamentos. A referida Empresa fez um laudo e ajudou a Equipe de Trabalho a fazer um escopo do que deveria ser feito, sendo que após a conclusão do escopo foi iniciado o processo de dispensa de Licitação, pois o assunto era um serviço de emergência. Porém alguns dias

depois a CIDASC informou à SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., que eles não teriam recursos para fazer os serviços, e a Direção do Porto foi ao Governo do Estado pedir apoio da Secretaria da Fazenda, porém a Secretaria da Fazenda expos que não tinha condições financeiras no momento, então após diversas conversas, Notificações e Ofícios da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., com o apoio da SC Participações e Parcerias S.A. e do Governo do Estado, achou que a melhor maneira era assumir o Corredor de Exportação, e fazer essa obra em função das diversas notificações da ANTAQ, onde foi exposto que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. era corresponsável, e assim a mesma assumiu a execução da referida obra. O Sr. Luis colocou que houve muita interferência externa, jornal, revistas e tv, muitas colocações verdadeiras e outras não verdadeiras, que acabou interferindo no trabalho que o Porto estava fazendo, principalmente quanto aos prazos. Destacou que houve um impacto muito forte na economia, quanto aos clientes, pois muitos navios foram desviados, embora o Porto tentou fazer o possível, primando sempre pela segurança portuária e do Corredor de Exportação. A seguir o Sr. Luis passou a apresentar alguns números estatísticos relacionados à exportação de grãos, destacando a soja, onde o Brasil teve um crescimento acumulado no período de 2012 a 2017 de **82,29%** e também o milho, que no mesmo período teve um crescimento acumulado de **87,54%**, assim a participação do Porto de São Francisco do Sul, na movimentação da soja nacional no ano 2017 foi de 4,8 milhões de toneladas, representando 5,88% de toda a soja exportada pelo Brasil e a movimentação do milho nacional no ano 2017 foi de 1,4 milhões de toneladas, representando 3,8% de todo o milho exportado. Observou ainda, em sua apresentação, os tempos médios de operação, de espera e de atracação; fazendo uma comparação com o Porto de Paranaguá, segundo os números da ANTAQ, o tempo médio de atracação, estadia, espera e operação do Porto Público de São Francisco do Sul é melhor que Paranaguá, sendo que a taxa de ocupação do Berço 101 é de 70%, por ser um Berço bem concorrido. Destacou também um número bem interessante quanto ao nível de serviço, pois quando o nível de serviço passa de 30% representa que não se está trabalhando de acordo, e o Berço 101, mesmo com tantos problemas, tem o melhor nível do Porto (o Sr. Luis expos que aqueles que quiserem ter acessos aos dados apresentados os mesmos estão disponibilizados a todos). Concluindo sua fala o Sr. Luis colocou que foi então contratada a melhor Empresa na área técnica do mercado, com muito *know how* para prestar os serviços, sendo que a galeria que cedeu foi feita inteiramente nova e colocada para funcionar no dia 04 de maio de 2018, observando que estavam sendo refeitos os banzos (vigas) que cederam da Esteira 15B, sendo que a previsão de conclusão seria para o final do mês de maio de 2018. Dentro desse escopo, o Sr. Luis colocou que foi incluído nos serviços de recuperação o *Shiploader* número 1, que encontra-se parado. Ele destacou a segunda etapa, que é a recuperação de todo Corredor de Exportação, com o escopo de trabalho planejado, feito pela Equipe da TERLOGS, BUNGE e CIDASC, tendo sido contratado um Engenheiro Mecânico que será o Fiscal da obra. O Sr. Luis salientou que foi elaborado um Plano de Ação para recuperar tudo o que precisa ser feito no momento na 15A, 14A e 14B, que fazem parte do Corredor de Exportação e na torre de transferência e os outros itens tem previsão de serem feitos no final desse ano, incluindo os dois *Shiploaders*, quando será possível fazer uma parada maior. O Sr. Luis então passou a

palavra para o Sr. Sandro Gomes de Faria, do Setor de Licitações do Porto, pedindo para o mesmo explicar como funcionará o processo de Licitação da obra do Corredor de Exportação e qual a diferença entre urgente e emergente. O Sr. Sandro explicou o processo de licitação da obra do “Corredor de Exportação em questão”, está sendo feita em caráter de urgência e inclui os serviços complementares, como a manutenção preventiva, sendo que em aproximadamente em trinta deverá ocorrer a contratação. O Sr. Sandro complementou expondo que conforme citado pelo Diretor Presidente do Porto, Sr. Luis, há um cronograma que será complementado no próximo ano, que é a manutenção de forma direta, por sessenta meses. Finalizando sua fala o Sr. Sandro expos que essas são as primeiras intervenções do Porto no sentido de resolver esse problema que foi grave e aproveitou a oportunidade para falar sobre o Processo de Licitação do Novo Gate, que está na fase de abertura das propostas de preços, sendo que a parte técnica já foi toda analisada, salientando que uma aquisição pública demanda muito mais tempo que uma aquisição privada, observando que o Porto com a sua mudança de personalidade jurídica, passando a Estatal, não utilizará mais a Lei 8.666/93, mas a Lei 13.303 de 2016 Lei das Estatais que deverá facilitar e acelerar os processos de contratação. A seguir houve um questionamento do Sr. Sandro Augusto de Oliveira, Titular da Classe dos Trabalhadores Portuários e servidor da CIDASC, onde ele perguntou se a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. irá cobrar algo em contrapartida da CIDASC, devido os investimentos que estão sendo feitos no Corredor de Exportação, pois segundo o Sr. Sandro, o Corredor e os shiploaders estão sob responsabilidade da CIDASC. O Sr. Luis Furtado respondeu dizendo que o Porto não pediu nada em contrapartida, apenas estava atendendo uma Notificação da ANTAQ, onde o Porto foi colocado como corresponsável pelo Corredor de Exportação e como a CIDASC não possuía o valor para fazer os investimentos, o Porto, com a anuência do Governo do Estado e da própria CIDASC, teve de assumir para não deixar o Corredor de Exportação parado. O Sr. Sandro Augusto de Oliveira questionou se o Porto vai cobrar posteriormente da CIDASC esse investimento, mas o Sr. Luis Furtado colocou que isso será uma questão a ser discutida a nível de Governo, então o Sr. Sandro Augusto observou que teve conhecimento que o Secretário da Agricultura de Santa Catarina expôs que realmente não haviam recursos para essa obra. O Presidente do CAP, Sr. Ruschel se manifestou complementando o assunto da execução das obras no corredor de exportação, expondo que todos sabem que deve-se melhorar a situação de todo o corredor de exportação, mas há vários empecilhos e impedimentos com relação a questão da CIDASC e de quem é efetivamente responsável pelo corredor e como questionamentos podem surgir, por exemplo do porquê não fazer toda a obra, o Sr. Ruschel explicou que para essa parte que caiu, há o respaldo da emergência, onde pode-se fazer uma contratação sem licitação, quanto ao restante das obras há um procedimento licitatório mais amplo, demorado, seguindo a legislação vigente, por isso que o restante das obras deverá ocorrer no final do ano, pois acredita-se que até lá todo o procedimento licitatório estará concluído e uma empresa deverá estar devidamente contratada para iniciar o processo de recuperação da esteira 15A, observando que a troca dos banzos exposta pelo Sr. Luis Furtado engloba os banzos de toda a esteira, não só da parte que caiu e o posicionamento de emergência se deu por conta da queda ocorrida. O Sr. José Nolasco, falando pelo SINPOSF, destacou que como usuário de 50% do sistema do Corredor de Exportação, pela TERLOGS,

o conserto da outra fita é tão urgente ou emergente quanto o conserto da fita que caiu. A seguir o Sr. José Nolasco abriu um parênteses para agradecer e elogiar o trabalho do Sr. Luis Furtado, pois o mesmo foi bem ativo e cooperativo quando houve o necessário desmonte do *tripper* para liberação da segunda fita para operar, pois a intervenção do mesmo foi fundamental. E voltando ao assunto anterior, o Sr. José Nolasco observou que a situação das fitas e do corredor de exportação é caótica, reiterando o que havia falado na reunião do CAP anterior, uns dias antes desse incidente, alertando que talvez não dê para esperar até o fim do ano, pois pode ocorrer o mesmo problema que aconteceu nessa fita, na outra fita. Observou também que há o problema do *Shiploader* que precisa de reparos emergenciais, mas que ele sente-se mais contente porque o Porto tomou a iniciativa de fazer os reparos no mesmo, com prazo estimado de conclusão até o final do mês de maio de 2018. A seguir o Sr. José Nolasco, como usuário dependente do Corredor de Exportação, colocou que o reparo da segunda fita é urgente, apesar da mesma estar em condições melhores do que a que sofreu o incidente, pois foram feitos reapertos na mesma e ela está operando intensamente, necessitando ser feita uma análise mais criteriosa para verificar se a mesma aguenta até o final do ano ou se precisará de uma intervenção emergencial mais rápida. O Sr. Luis Furtado complementou que está sendo feita uma nova Licitação, dividida em duas etapas: na primeira etapa, onde tudo que precisa ser feito na 15A será feito agora (que corre risco de cair), em um prazo aproximado de trinta a quarenta dias, porém o que puder ser feito no final do ano, o Porto estará conversando com a TERLOGS e com a BUNGE para definir qual a melhor data para a paralização e reparos necessários, observando também que tudo que precisa ser feito nesse momento, inclusive no *Shiploader* número um, nas esteiras 15A, 14A e 14B (onde 14A e 14B provavelmente apenas os roletes serão trocados), será feito, salientando também que foi feito um escopo de trabalho que participaram o Sr. Tedesco, Sr. Henry da BUNGE, Sr. Fernando e Engenheiro Guilherme, onde consta tudo que deve ser feito agora, na forma de emergência, parando o tempo necessário e num segundo momento ficará o que pode ser feito no final do ano.

7. Situação Geral do Porto

7.1 Iluminação

O Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., Sr. Luis Furtado, iniciou explicando que o item sobre a nova iluminação do Porto Público de SFS, que era um processo antigo e que no mês de setembro de 2017 houve a contratação da Empresa, via Licitação, porém ela não pode iniciar seus trabalhos até o mês de janeiro desse ano, pois como o Porto não possuía Engenheiro Elétrico em seu quadro para ser o fiscal da obra, ficou na dependência dos Engenheiros Elétricos do DEINFRA – Departamento de Infraestrutura do Governo do Estado de SC, observando que lá há apenas dois Engenheiros para atender o Estado todo, então houve muita dificuldade de fazer essa fiscalização. Em janeiro de 2018, salientou o Sr. Luis Furtado, com a mudança na personalidade jurídica do Porto, houve a contratação de uma Empresa de Consultoria, a TOOLS (que fez o Projeto) para realizar essa fiscalização. Então, observou que no momento encontra-se em trâmite, conforme demonstração em mídia para todos os presentes na reunião, as obras de sete novas torres de iluminação, onde as bases já estão prontas em

processo de cura, e destacou que no final do mês de maio de 2018 será colocada a primeira torre, próxima ao Corredor de Exportação (entre o 101,102 e 103), sendo que aproximadamente entre setembro e outubro de 2018 o Projeto será concluído.

8. Investimentos

O Sr. Luis Furtado citou alguns dos principais investimentos que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. está fazendo, pois além da preocupação com o corredor de exportação e com a iluminação, há uma grande preocupação com o canal de acesso, pois para os práticos fazerem atracações e desatracações é necessário ter as boias funcionando perfeitamente, então destacou: a) a aquisição de materiais sobressalentes de Sinalização Náutica que estavam em falta, como baterias, peças e equipamentos, boias, correntes para as boias, lâmpadas, para não correr risco de paralização do sistema de sinalização náutica; b) a contratação de Empresa para dar apoio às questões da Sinalização Náutica, processo que vem desde o ano de 2012, salientando que deverá ser atualizada a Carta Náutica para dar maior segurança aos práticos em suas manobras; c) o Projeto de Aterro da retro área do Berço 201, que também desde o ano de 2012, encontra-se aguardando apenas a Licença Ambiental do IBAMA para ser feito o aterro; d) foi recebido no dia sete de maio de 2018 o Termo de Referência para contratação de Empresa que procederá a retirada do “cucuruto/pedra” dos Berços 101 e 102 e também providenciará uma “sísmica” da Lage do Barata, observando que a prioridade é a retirada do “cucuruto/pedra” dos Berços 101 e 102; e) revitalização da sinalização vertical e horizontal do Porto, devido solicitação da ANTAQ; f) recuperação do Corredor de Exportação 15 A, 14 A, 14 B e Shiploader n. 1; g) reforma das salas das áreas de Operação, Engenharia e Meio Ambiente e Gate; h) licitação do Gate de Entrada; i) contratação de Empresa para fazer um estudo e monitoramento de profundidade, pois a Dársena e o Berço 201, por exemplo, necessitam de dragagens aproximadamente de dois em dois ou seis em seis meses, e não a cada dois ou três anos; j) no momento, para melhorar o calado do Berço 102 e do Berço 201, após o aval da Praticagem, será utilizado aproximadamente quatro ou cinco boias tipo Yokohama afastando do talude dos berços, que facilitará na atracação de Navios com 12 metros no 102 e 11 metros no 102; k) será feito um estudo para criar um novo fundeadouro, por solicitação da praticagem; l) também será realizado um estudo do aprofundamento do calado e alargamento de um “cotovelo”, que vai beneficiar os Portos de Itapoá, TESC e principalmente o Porto de São Francisco do Sul no âmbito dos granéis, pois hoje os navios com granel que estão com 12,80 são obrigados a aguardar no fundeadouro para depois pegar outra maré para sair e com esse alargamento não haverá mais essa espera, o navio sairá direto para a barra. Após essas explicações o Presidente do CAP, Sr. José Ruschel, passou a palavra aos conselheiros e o Sr. Getulio Aprigio da Silva, Conselheiro Titular do Bloco dos Trabalhadores, questionou sobre qual o valor a ser investido na manutenção do *Shiploader* em pauta, pois na reunião anterior foi colocado que os recursos do Porto já estariam praticamente comprometidos. O Sr. Luis Furtado respondeu que nessa primeira etapa serão gastos aproximadamente oito milhões e meio de reais, sendo que a segunda etapa não há estimativa ainda de valores e observou que na apresentação anterior dos investimentos houve

muitos itens apontados, como por exemplo, um gate com uma nova sede administrativa, que não será feito agora e outros itens cujos valores foram alterados para menor, não comprometendo assim todo o recurso que o Porto possui.

9. Demais assuntos

O Presidente do CAP, Sr. José Ruschel, deixou aberta a palavra aos indicados ao Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., sendo assim o Sr. Getúlio, representante da Classe Trabalhadora salientou que os servidores que foram indicados e terão seus dados analisados, encontram-se aptos a serem conselheiros. Manifestou-se o Sr. Almir Wagner, indicado pela Classe Trabalhadora a Titular do Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., expondo ter doze anos de trabalho no Porto de SFS e espera ter seu nome aprovado para exercer a função de Conselheiro e desenvolver um bom trabalho. Manifestou o Sr. Eduardo Souza Senna, indicado pela Classe Trabalhadora a Suplente do Conselho de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., expondo ter vinte anos de trabalho no Porto de SFS e que espera ter também seu nome aprovado para dar apoio ao titular Sr. Almir, contribuindo para o bom andamento do trabalho portuário. A seguir a Doutora Cilene Bonikoski apresentou-se, observando exercer a função de Advogada com alguns Operadores Portuários de SFS e junto ao SINPOSF também, tendo como objetivo fazer um bom trabalho e dar continuidade ao avanço de projetos que estão em trâmite para que o Porto cresça efetivamente cada dia mais. O Presidente do Porto, Sr. Luís colocou que ele e o Diretor Sr. Arnaldo S. Thiago, ao assumirem seus cargos na Diretoria do Porto no ano anterior, tiveram a preocupação de fazer um resgate dos servidores, e iniciaram um processo de muitas mudanças com o objetivo de melhorar o ambiente de trabalho, tornando-o mais salutar. E assim conseguiram, por exemplo, aumentar o ticket alimentação; a Diretoria também está tentando instituir o adicional de risco, que incide 40% em cima do salário base dos servidores, nos moldes da SCPAR Porto de Imbituba. O Sr. Luis Furtado salientou que o servidor hoje tem muitas opções de melhorar internamente e que ele vem observando uma mudança significativa, pois os servidores estão mais unidos. Destacou também a preocupação em tornar o Porto mais competitivo no quesito modernização, objetivando colocar todos os projetos em andamento, fato que já vem acontecendo, porém ainda não na forma que a Diretoria deseja, devido os processos na área pública não evoluírem na mesma velocidade que na área privada. Houve uma manifestação do Senhor Getulio Aprigio da Silva, salientando que as novas ações da Diretoria do Porto têm estimulado positivamente os servidores e os mesmos querem cada vez mais o sucesso do Porto, estando todos incluídos nele. A seguir o Sr. José Nolasco fez um questionamento sobre o Gate, pedindo uma explicação mais minuciosa sobre o andamento e o Sr. Luis Furtado expos que houve o lançamento do Edital de Concorrência, o mesmo foi impugnado, resolvidas as questões, ele foi lançado novamente e agora encontra-se na fase final de recursos e nas próximas duas semanas serão abertos os envelopes dos preços. Ainda dentro dos assuntos gerais, o Delegado da Alfandega da Receita Federal em São Francisco do Sul, Sr. Edwilson, iniciou sua fala dizendo que o que ele iria expor era um "lamento", pois para haver Comércio Exterior deve haver

em portos, aeroportos e áreas de fronteira, o Alfandegamento e a CIDASC apresentou problemas no seu alfandegamento, sendo que em 2015 foi criada pela Receita Federal uma comissão que fez um relatório com exigências mínimas à CIDASC e a mesma não as cumpriu, sendo assim o assunto foi levado ao Ministério Público Federal e administrativamente a RFB, dentro das suas atribuições e da legislação, solicitou o encerramento das operações da CIDASC, porém a justiça entendeu que os danos à economia seriam muito graves, e a CIDASC passou a funcionar com uma liminar por três anos. O Sr. Edwilson destacou que faltava na época, muito pouco para a CIDASC concluir seu processo de Alfandegamento, mas ao receber da justiça a liminar para continuar funcionando, os investimentos que estavam sendo feitos, cessaram, trazendo muita preocupação, como por exemplo, com o corredor de exportação, com a segunda esteira e a salvaguarda da vida humana. O Sr. Edwilson reiterou que tornou-se lamentável a falta de interesse da CIDASC em buscar regularizar o Alfandegamento que é previsto em Lei. Observou também que logo a seguir houve o problema com o Alfandegamento da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. que encontra-se sendo resolvido no momento. Ele salientou que a Receita Federal vai buscar sempre cumprir a Legislação e o que está previsto, e o que está previsto é o alfandegamento, sendo que a CIDASC tinha todo o direito de conseguir um tempo maior na justiça para se adequar, mas não parar de fazer os investimentos necessários, fato que culminou com o incidente da esteira. O Sr. Edwilson ainda destacou que tem-se a preocupação, conforme foi citado pelo Sr. José Nolasco, que possa ocorrer um incidente com a outra esteira. O Sr. Edwilson como representante da Receita Federal, mostrou-se muito preocupado com a situação atual, e colocou que se não fosse a liminar da justiça, por parte da RFB a CIDASC não estaria funcionando, mas como já citado e observou que a RFB não tem esse viés político e comercial, apenas cumpre as leis. Concluindo, o Delegado da Receita Federal, Sr. Edwilson parabenizou o Diretor Presidente da, Sr. Luis Furtado pelos investimentos, porém lamentou não terem sido feito anteriormente. O Sr. Luis Furtado esclareceu que também lamentou não ter tido condições de fazer mais e antes, pois ao assumir no ano de 2017 foi dado continuidade há muitos projetos e o andamento dos mesmos também esbarraram no aceite do Grupo Gestor do Governo do Estado, fato que também ocorre com a CIDASC, pois os investimento deles também devem ter a autorização do referido Grupo Gestor. O Sr. Luis Furtado ainda salientou que após ter tido uma reunião na Receita Federal com o Delegado Sr. Edwilson e com a Sub Delegada Dra. Luciana, sobre o assunto do Alfandegamento da CIDASC, ele esteve em Florianópolis para conversar o novo Presidente da CIDASC, Sr. Luiz Alberto, e como missão, relacionado a esse assunto, o Sr. Luis Furtado deverá promover uma reunião com a CIDASC e a Receita Federal para que seja demonstrado o que eles têm previsto a ser feito, inclusive o Sr. Luis Furtado colocou à disposição da CIDASC uma Empresa que foi contratada pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., para auxiliar nos assuntos do ISPCODE, mas que também tem especialidade em Alfandegamento. O Sr. Luis reiterou ao Delegado Sr. Edwilson que irá auxiliar a Receita Federal nesse ponto, pois se algum terminal desses como a TERLOGS, BUNGE, CIDASC ou se o Gate ou um Operador Portuário não vai bem, o Porto não vai bem e objetivo é tentar unir forças para ajudar-se mutuamente. Finalizando o Sr. Luis Furtado explicou que o corredor de exportação realmente chegou num momento muito complicado, tanto que a ANTAQ só deixou

voltar a operar com um laudo atestando que não correria risco de cair e ferir alguém, que era a maior preocupação, preocupação essa que gerou a atitude de parar no dia que ocorreu o incidente, mesmo sabendo dos grandes prejuízos financeiros, pois o importante, destacou, foi não ter ocorrido nenhum acidente fatal. A seguir o Sr. Sandro de Oliveira pediu a palavra para se posicionar, defendendo a CIDASC ante ao que foi exposto pelo Delegado da RFB Sr. Edwilson sobre a questão do Alfandegamento da CIDASC, expondo que o recurso gerado aqui no Terminal garante praticamente todos os programas da CIDASC no Estado inteiro, pois o Estado de SC, destacou ele, é o único Estado livre de febre aftosa, exportando carne para o mundo todo sem precisar fazer a vacinação do gado, por conta do bom trabalho da CIDASC. Observou também a questão do denunciamento da carne fraca, que prejudicou um trabalho de muita pesquisa e controle, de aproximadamente vinte anos, que a CIDASC fez para SC conseguir exportar para a Europa e EUA. O Sr. Sandro destacou que quando a RFB proibiu a CIDASC de operar por conta das questões de alfandegamento o fator que fez a Justiça expedir a liminar para a mesma voltar a funcionar foi devido a importância do Terminal para o Estado de SC, por isso, observou que não haveria a necessidade de “crucificar” o Terminal por conta desse problema *in loco* ocorrido. O Presidente do CAP, Sr. José Ruschel, pediu a palavra e destacou que diante do Conselho de Autoridade Portuária o assunto em pauta “CIDASC” é muito importante, observando que é uma obrigação em todos os Portos do Brasil cumprir as normas da RFB, e nesse caso específico, devido a CIDASC estar funcionando com liminar, foi dado um tempo a mais para o cumprimento de determinados itens. Salientou ainda que não há contestações, objeções de forma alguma, ao trabalho que a CIDASC está fazendo, porém há de se concentrar esforços para cumprir as determinações da RECEITA FEDERAL, sendo assim o Presidente do CAP expôs ao Delegado da RFB Sr. Edwilson que o objetivo do CAP, com o aval dos Conselheiros e das Conselheiras, será acompanhar o que está sendo feito para o efetivo cumprimento das determinações da RFB, solicitando ao Delegado as exigências que foram colocadas para o corredor de exportação, especificamente ao Armazém da CIDASC, para talvez levar ao Governo Federal ou ao Ministro dos Transportes, com a intenção de resolver, buscar soluções, pois destacou ele, que sabe-se o quanto representa como fonte de renda à CIDASC este Armazém, mas que para garantir essa fonte é essencial o atendimento de itens relacionados à Segurança, à Receita Federal, aos itens Sanitários...etc. O Presidente do CAP então sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho de membros do CAP do Porto de São Francisco do Sul para esse acompanhamento, após o Delegado Sr. Edwilson apresentar os itens que estão sendo solicitadas pela RFB. O Diretor Presidente do Porto, Sr. Luis Furtado pediu a palavra para observar que ele esteve conversando com o novo Diretor da CIDASC e que o mesmo compreendeu a frustração do Delegado da RFB, Sr. Edwilson, pois estava quase sendo concluído o Processo de Alfandegamento da CIDASC, mas com a liminar e com a mudança de Diretores não houve a continuidade do Processo, porém, destacou o Sr. Luis Furtado, o atual Diretor da CIDASC mostrou-se solícito para resolver essa situação, sendo que a Advogada da CIDASC Dra. Priscila estará vindo nos próximos dias à São Francisco do Sul para explicar o que está sendo feito sobre o assunto à RECEITA FEDERAL. O Sr. Luis Furtado também salientou que se prontificou a dar apoio à CIDASC com a Equipe contratada pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. para assuntos de ISPCODE, que também tem conhecimento sobre

Alfandegamento, pois destacou que naquilo que o Porto puder ajudar, irá fazê-lo. O Delegado da RFB Sr. Edwilson, colocou, esclarecendo a fala do Sr. Sandro Augusto de Oliveira, que a RFB não questionou a parte da CIDASC que faz a pesquisa, controle e qualificação das mercadorias e sim o Corredor de exportação, pois o alfandegamento, destacou, é uma condição *"sine qua non"* para existir o Comercio Exterior, ou seja, independente da parte nobre e sabida de outros serviços que a CIDASC faz e a renda auferida por esses serviços. O Sr. José Nolasco fez um comentário, como usuário do Corredor de Exportação, ao Delegado da RFB Sr. Edwilson, observando que essa pendência parecia ser em relação ao Terminal da CIDASC, pois o corredor de exportação, inclusive por decisões originais do CAP. Ele destacou que são dois assuntos diferentes, uma seria autorização da CIDASC Terminal e a outra é do Corredor de Exportação, questionando, devido à preocupação com o assunto, se a situação dizia respeito ao Terminal da CIDASC, ao Corredor de Exportação ou a ambos. O Delegado da RFB Sr. Edwilson respondeu dizendo que o que é alfandegado na CIDASC é o corredor, não o Terminal, mas este faz a gestão, é um complexo, um conjunto. O Sr. Edwilson citou a fala do Sr. Luís Furtado, onde foi dito que não faltava muito, apenas alguns controles aduaneiros necessários, que têm a ver com a gestão do terminal em si e obviamente do corredor, que pertence ao "mitié" da CIDASC. O Sr. José Nolasco então expos sua compreensão, ao que o Sr. Edwilson falou e observou que achava ser devido então a premência dessa situação, o Porto estava tomando a iniciativa de assumir o conserto e em seguida a manutenção do corredor, como citado anteriormente. O Sr. José Nolasco também salientou que a TERLOGS enviou Ofício à ANTAQ solicitando que o Porto intervisse no Corredor de Exportação para que não houvesse interrupção, pois o Corredor não pode ser interrompido em função de problemas da CIDASC ou do Terminal Graneleiro da CIDASC, pois ele atende os três terminais que existem no Porto e não pode ser parado. O Sr. José Nolasco fez um pedido ao Porto que considerasse a grave situação e estudasse uma solução a curto prazo para que não haja essa interrupção, caso a CIDASC venha ter problemas maiores em relação ao Alfandegamento. O Sr. Luís Furtado destacou que ele entende que tudo do portão do Porto para dentro esta alfandegado, sendo que se há algo no corredor que esteja pendente, o Porto irá assumir de agora em diante. O Sr. José Nolasco, para concluir, esclareceu que ambas as mercadorias tanto da BUNGE quanto da TERLOGS passam em cima da área da CIDASC que é área do porto organizado, elas não adentram na CIDASC, as cargas são pesadas em cada um dos Terminais, respectivamente, e passam direto para o navio. O Sr. Luis Furtado comentou que o entendimento é que o alfandegamento da CIDASC seria a entrada do caminhão, a pesagem, a entrada do silo e posteriormente o carregamento, observando que o que vem pela esteira da TERLOGS, embora esteja em cima do muro da CIDASC, não entra na CIDASC. O Sr. José Nolasco observou que essa situação o Porto poderá resolver e o Sr. Luis Furtado expos que será o mediador para encontrar a solução. O Sr. Getúlio sugeriu que o Porto como Autoridade Portuária e responsável, já que a CIDASC está dentro do Porto organizado, poderá encontrar a solução, formando uma comissão, conforme o Presidente do CAP, Sr. Ruschel já havia exposto anteriormente, para tratar desse assunto com a urgência que requer. O Presidente do CAP reiterou ao Delegado da RFB, Sr. Edwilson, pedindo que o mesmo encaminhe ao Conselho de Autoridade Portuária a situação atual, para que se possa intervir

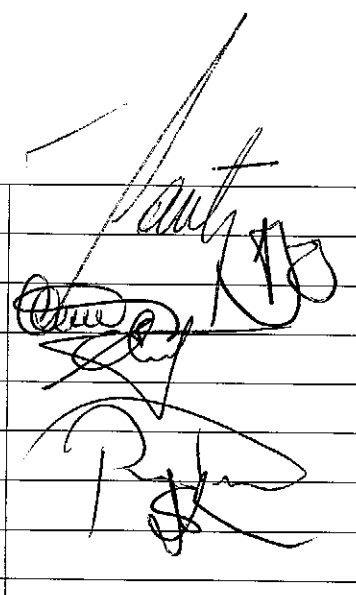
pontualmente, para obter a regularização desse assunto urgentemente, ficando como pauta para a próxima reunião, uma colocação sobre o trâmite do assunto. O Sr. Sandro Augusto de Oliveira salientou que a questão levantada seria muito perigosa, pois o Alfandegamento, como citado pelo Delegado da RFB, Sr. Edwilson abrange o corredor de exportação e pode haver uma interdição ao Terminal e ao Corredor. O Sr. José Nolasco fez uma observação dizendo que essa questão já havia sido levantada anteriormente, não somente agora, e o Sr. Sandro Augusto de Oliveira colocou que embora tenha sido colocado anteriormente que o Porto assumiu, o corredor de exportação continua sob gestão da CIDASC, fato que fez ele questionar sobre os valores investidos pelo Porto. O Sr. Edwilson colocou que achou muito válida a iniciativa do Presidente do CAP, Sr. Ruschel em concentrar esforços para resolver, pois é uma exigência antiga e a RFB só não fez nada anteriormente por conta da ordem judicial. O Sr. Sandro Augusto observou que quando o Porto era Autarquia estava em negociação o Processo da Poligonal, solicitando que esse assunto fosse trazido para a próxima reunião do CAP, expondo que a CIDASC estava muito dependente dessa questão, onde seria passado o Corredor e os Shiploaders para o Porto, a área que a CIDASC ocupa passaria para a CIDASC e assim ela buscaria parceiros para investimentos, e talvez a questão do Alfandegamento fosse resolvido. O Presidente do CAP, explicou que o referido assunto está sendo conduzido junto ao Ministério dos Transportes pela SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A., estando o referido processo de alteração da Poligonal do Porto Organizado ainda em análise dentro do Ministério dos Transportes. O Sr. Sandro de Oliveira questionou ao Presidente do CAP "Qual seria a posição da SCPAR diante do assunto?". O Presidente do CAP explicou que esse questionamento deveria ser feito diretamente à SCPAR, mas expos que a solicitação da SCPAR, informação que o Presidente do CAP teve conhecimento na época, foi de que deveria haver a exclusão da área do Armazém da CIDASC da área do Porto Organizado, observando que ele irá buscar informações mais atualizadas junto ao Ministério dos Transportes, para trazer uma posição mais detalhada a próxima reunião do CAP. O Sr. Sandro de Oliveira observou que então seria excluído do lado da Avenida Engenheiro Leite Ribeiro para dentro, que seria o traçado que interessava para a CIDASC. O Sr. Nolasco questionou ao Presidente do CAP se as manifestações que não dos membros titulares, ou seja, de suplentes ou pessoas que encontram-se na sala, seria normal constar em ATA ou não? O Sr. José Ruschel, Presidente do CAP expos que dependerá do assunto discutido e da participação efetiva dos membros titulares, mas normalmente o ouvinte não tem direito a voto, mas o direito a palavra, democraticamente, nas reuniões do Conselho se tem dado abertura para ouvir a todos. Então, quanto inserir essas manifestações em ATA, o Presidente do CAP não vê problemas, desde que haja correlação com os assuntos que estão sendo debatidos.

10. ENCERRAMENTO

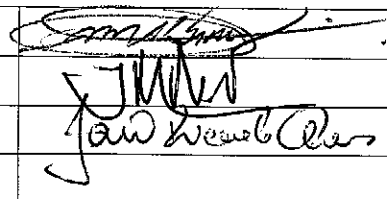
O Presidente do CAP, Sr. José Ricardo Ruschel dos Santos, solicitou à Secretária do CAP que concluísse as correções da ATA da reunião anterior, conforme retificações apontadas pelo Sr. José Nolasco e pediu que os Conselheiros aguardassem aproximadamente uns dez minutos para a análise e assinatura da referida ATA. A seguir o Presidente do CAP agradeceu a participação e a presença de todos os presentes, reiterou que aqueles

que desejassem aguardar a chegada da nova Diretoria da SCPAR - SC Participações e Parcerias S.A., ficassem a vontade e encerrou a Reunião do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de São Francisco do Sul. Esta Ata foi redigida pela Secretária do CAP, para submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

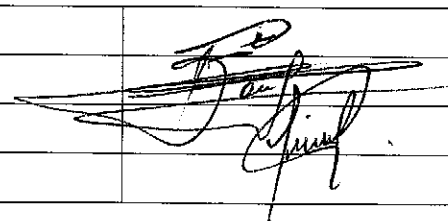
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

José Ricardo Ruschel dos Santos	Presidente	
Luis Henrique Furtado	Titular	
Cristiane Yamamoto Dutra	Titular	
Edwilson P. da Mota	Titular	
Hironildo Pereira Filho	Titular	
Paulo Rogério Silva	Titular	
Márcio Alves Santana	Titular	
Renato Gama Lobo	Titular	
Arnaldo Diógenes S. Thiago	Suplente	

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Luiz Sérgio Moura Albino	Titular	
José M. A. Nolasco	Titular	
João Ricardo de Andrade Chaves	Titular	
Clauber Angelo Candian	Suplente	
Luiz Felipe Oliveira	Suplente	

REPRESENTANTES DA CLASSE TRABALHADORA

Getúlio Aprigio da Silva	Titular	
Sandro Augusto de Oliveira	Titular	
Maikon Maciel	Titular	
Eduardo Souza Senna	Suplente	

SECRETÁRIA

Eliziane Aparecida da Costa Figueredo

